

N. F. Nº - 300449.0202/21-6  
NOTIFICADO - COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS ENTRE RIOS LTDA  
NOTIFICANTE - ANTONIO FERNANDO CAMPOS PEDRASSOLI  
ORIGEM - SAT/DAT NORTE/INFAZ AGRESTE  
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 03.03.2022

#### 6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF Nº 0038-06/22NF-VD

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. Falta de recolhimento do ICMS Antecipação Tributária Parcial. Contribuinte comprovou o recolhimento do ICMS Antecipação Parcial antes da ciência da ação fiscal. No entanto recolheu fora do prazo regulamentar, para usufruir do benefício da redução de 20% previsto no art. 274 do RICMS/BA. Infração subsistente parcialmente. Instância única. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 20/09/2021, no Posto Fiscal Benito Gama, em que é exigido o ICMS no valor de R\$2.321,03, multa de 60% no valor de R\$1.392,62, perfazendo um total de R\$3.713,65, pelo cometimento da seguinte infração.

Infração 01 54.05.08 - Falta de recolhimento do ICMS referente á antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos previstos na legislação fiscal.

**Enquadramento Legal:** Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.780/12, c/c Art. 12-A, inciso III do art.23, art. 32 e art. 40 da Lei 7.014/96.

Multa prevista no art.42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96.

Consta anexado ao processo: i) Termo de Ocorrência Fiscal nº 2180751002/21-1 (fls. 4/5); ii) Cópia do DANFE 58871 (fl. 7) ; iii) cópia da consulta do contribuinte Descredenciado (fl.10); iv) cópia do documento do veículo e CNH do motorista (fls. 9 e 12).

O Notificado apresenta peça defensiva com anexos, às fls. 18/32.

Inicia sua defesa informando que o PAF em epígrafe foi devidamente quitado em 25/10/2021, DAE 2108516078, Código de Receita 2175 conforme documentação anexa.

Solicita o arquivamento por quitação do referido PAF.

Não consta informação fiscal no processo.

Este é o relatório.

#### VOTO

A Notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar o ICMS da antecipação parcial das mercadorias constantes no DANFE 58871, como está descrito no corpo da Notificação Fiscal que aqui copio:

“Falta de recolhimento da antecipação parcial na aquisição de perfil, procedente de outra unidade da Federação, por contribuinte descredenciado, conforme DANFE 58871. ”

A infração decorre da aquisição em outra unidade da Federação de mercadorias para comercialização, sem o pagamento da antecipação parcial antes da entrada no Estado da Bahia por contribuinte que não atendia ao estabelecido nos incisos III e IV, § 2º do art. 332 do RICMS-BA/12, para poder usufruir do prazo regulamentar para pagamento da obrigação tributária.

*Art. 332. O recolhimento do ICMS será feito:*

....

*III – antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:*

*b) não enquadrados no regime de substituição tributária por antecipação e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS:*

(...)

*§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) e produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:*

*I - possua estabelecimento em atividade no Estado da Bahia há mais de 06 meses e já tenha adquirido mercadoria de outra unidade da Federação;*

*II - não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa;*

A Notificada em sua defesa informa que o PAF em epígrafe foi devidamente quitado em 25/10/2021, DAE 2108516078, Código de Receita 2175, conforme documentação anexa e solicita o arquivamento por quitação do referido PAF.

Na análise da documentação anexa ao processo, constato que a Notificação Fiscal foi lavrada no dia 20/09/21, sendo que a intimação para ciência foi emitida em 26/11/21(fl.14), no entanto a Notificada só tomou ciência em 03/12/2021, através dos correios, conforme comprovante anexado na fl. 15.

Nos anexos da defesa, consta o comprovante de pagamento do ICMS antecipação parcial da Nota Fiscal relacionada na Notificação Fiscal, pagamento realizado no dia 25/10/21(fl.31), no valor de R\$1.856,79.

A Notificada no momento do pagamento utilizou o benefício da redução de 20% concedido a microempresas no pagamento da antecipação parcial no prazo regulamentar, estabelecido no art. 274 do RICMS/BA.

*Art. 274. No caso de antecipação parcial decorrente de aquisições efetuadas por contribuintes enquadrados na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, independentemente da receita bruta, fica concedida uma redução de 20% (vinte por cento) do valor do imposto apurado, na hipótese de o contribuinte **recolher no prazo regulamentar**, não cumulativa com a redução prevista no art. 273.*

No entanto, estando a empresa descredenciada por restrição de crédito-Dívida Ativa, o prazo regulamentar do recolhimento do ICMS referente à antecipação parcial é antes da entrada da mercadoria no território deste Estado, portanto, o sujeito passivo não poderia se utilizar desse benefício já que recolheu o ICMS da antecipação parcial no dia 25 do mês seguinte.

Desta forma, mesmo tendo a Notificada comprovado que recolheu o ICMS da antecipação parcial antes da ciência, entendo que o fez fora do prazo para se beneficiar da redução de 20%, devendo pagar o valor de R\$ 464,24, referente à diferença do valor recolhido a menor indevidamente.

Diante do exposto, resolvo julgar PROCEDENTE EM PARTE a Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **300449.0202/21-6**, lavrada contra **COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS ENTRE RIOS LTDA**, devendo ser intimado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$464,24**, acrescido da multa de 60%, previsto no Art. 42 Inciso II, alínea “d” da Lei 7.014/96, e dos acréscimos moratórios estabelecidos pela Lei 9.837/05.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 21 de fevereiro de 2022

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO – PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - JULGADOR